

# ADUNIOESTE

SINDICATO DOCENTE DA UNIOESTE  
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)

## GOVERNO AFIRMA QUE AS CONTAS DO ESTADO ESTÃO EQUILIBRADAS: “NÃO DEIXAMOS DE PAGAR NINGUÉM”

O secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, divulgou ontem (22 de março), em Audiência Pública, realizada na Assembléia Legislativa, os números relativos às contas do exercício financeiro de 2006. De acordo com o secretário “O Paraná está pagando em dia todos os seus compromissos assumidos. [...] Agora não tem empreiteira com recursos em atraso. Repassamos em dezembro três folhas de pagamento (dos servidores) na ordem de R\$ 420 milhões, **não deixamos de pagar a dívida consolidada e não deixamos de pagar ninguém**” (Cf. Agência Estadual de Notícias “Paraná registrou R\$ 524 milhões de superávit financeiro em 2006”, 23/03/2007).

Os docentes das universidades estaduais paranaenses discordam do secretário em relação à afirmação de que o “Estado não deixou de pagar ninguém”. O secretário da Fazenda precisa ser informado que o Governo Estadual tem uma dívida com os professores universitários. Há perdas salariais acumuladas que não foram repostas integralmente, conforme demonstrado no Quadro abaixo:

### REAJUSTE E PERDAS SALARIAIS ACUMULADAS (PERÍODO MAR/97–FEV/07)

CLASSES	REAJUSTE MAR/02	REAJUSTE SET/05	REAJUSTE ACUMULADO MAR/97 – FEV/07	ICV – DIEESE ACUMULADO MAR/97 –FEV/06	PERDAS ACUMULADAS MAR/97 – FEV/07
1- AUXILIAR	13,55%	10,14%	25,06%	93,09%	54,39%
2- ASSISTENTE	13,55%	14,29%	29,78%	93,09%	48,78%
3- ADJUNTO	13,55%	23,42%	40,14%	93,09%	37,78%
4- ASSOCIADO	13,55%	32,64%	50,61%	93,09%	28,21%
5- TITULAR	13,55%	21,59%	38,06%	93,09%	39,86%

A não reposição integral das perdas salariais acumuladas vem estimulando uma grande evasão de docentes. As universidades paranaenses perderam um grande número de professores, especialmente mestres e doutores. Na Unioeste, por exemplo, mais 100 professores efetivos (quase 12% do quadro) pediram demissão desde janeiro de 2003. Destes, em torno de 60% eram mestres e doutores. Apesar da abertura de concurso público, no ano passado e neste ano, não houve reposição desses docentes, especialmente dos doutores.

Durante todo o ano passado o **Governo Estadual argumentava que não poderia repor as perdas salariais acumuladas por causa da Lei Eleitoral e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**. As entidades sindicais dos docentes insistiam que haveria disponibilidade financeira e que a Lei Eleitoral não seria um impeditivo. **A realidade dos fatos acabou por comprovar que o Governo estava errado e os sindicatos representativos dos docentes estavam com a razão.**

**Em relação à Lei eleitoral**, o Governo Lula, na prática, demonstrou que era possível a concessão de reajuste salarial em período eleitoral. O Governo Federal, no ano passado, concedeu reposição salarial diferenciada a mais de 30 categorias de servidores, por meio de 6 Medidas Provisórias (MPs). Dos 2 milhões de servidores federais (ativos, inativos, civis e militares), 1,7 milhões foram beneficiados com reajustes que foram de 5% a 190%. A Advocacia Geral da União amparou o ato do Governo Federal argumentando “que se tratava de uma reestruturação das carreiras do serviço público, não de reajustes”.

**Em relação aos limites da LRF: o secretário de Fazenda comprovou que nós tínhamos razão!** Na Audiência Pública, foi demonstrado que **as Despesas com o Pessoal, em 2006, ficaram bem abaixo do limite máximo de 49% estabelecido na LRF**. Ficou abaixo inclusive do Limite Prudencial de 46,55%. **O Estado do Paraná gastou 44,91% da sua Receita Corrente Líquida com Pessoal. O Estado poderia ter gasto mais R\$ 187 milhões e mesmo assim estaria cumprindo o limite prudencial recomendado pela LRF. Com esses recursos o Governo Estadual poderia ter reajustado os salários dos professores universitários.**

**Esperamos que neste ano, a partir dos trabalhos do “Grupo Técnico responsável pela elaboração de levantamento de dados referentes à remuneração de docentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES”, o Governo estadual apresente uma proposta efetiva de reposição das perdas salariais docentes.**